

 <p>Te-Ser Projetos Sociais</p>	<p>TE-SER Social Consultoria e Assessoria de Projetos Ltda. Rua Upamaroti, 1129/121 – Bairro Cristal Porto Alegre/RS CEP: 90.820-140 CNPJ: 08.798.484/0001-78 Inscrição Municipal: 510.834.26</p>
--	--

Análise de Projeto Técnico Social – APT
MUNICÍPIO DE QUARAÍ – RS

1. Identificação

Programa: Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50	Contrato nº:
Ação/Modalidade: Construção de Unidades Habitacionais.	
Empreendimento: Programa Minha Casa Minha Vida em municípios com população até 50 mil habitantes.	
Localização/Município: Quaraí	UF: RS
Fonte de recursos: OGU – Orçamento Geral da União. SEHABS – Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Quaraí/RS	Regime de execução do PTTs: Empreitada Global
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Quaraí	

2. Prazos

Obras: Doze meses	PTTS Treze meses
----------------------	---------------------

3-Valores do Empreendimento (R\$)

	Obras R\$	PTTS	TOTAL R\$
Repasse/Financiamento	1.250.000,00		1.250.000,00
Contrapartida (financeira)	R\$ 150.000,00		R\$ 150.000,00
Contrapartida (bens e serviços)	R\$ 93.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 95.000,00
Outros			
TOTAL	R\$ 1.493.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.495.000,00

4- População a ser beneficiada

Nº de famílias 50	Nº de pessoas 200	Nº de mulheres Chefe de Família 45	Nº de famílias em situação de risco 00
Renda média familiar (em Salário Mínimo) 1 SM	Nº de idosos 06	Nº de pessoas com deficiência 17	

5- Análise da proposta

	Sim	Em parte	Não	Não se aplica
5.1 Os dados apresentados/identificados permitem a caracterização da área de intervenção e entorno, sob os aspectos: localização geográfica, urbanístico, ambiental, infraestrutura, equipamentos comunitários e formatos associativos?		X		
5.2 A justificativa apresentada está adequada com a modalidade de intervenção e as características da área e da população beneficiária?		X		
5.3 Os objetivos definidos estão adequados às características da população, área e Programa?		X		
5.4 As atividades do trabalho técnico social estão claramente apresentadas em cronograma?	X			
5.5 As atividades estão em consonância os objetivos do projeto?	X			
5.6 As técnicas e instrumentos de intervenção estão adequados aos objetivos estabelecidos?		X		
5.7 O prazo de execução do projeto técnico social está compatível com a complexidade e porte da intervenção social?	X			
5.8 A equipe técnica está adequada para execução do projeto?		X		
5.9 Estão previstos formas e instrumentos para avaliação das atividades?	X			
5.10 Os valores estão compatíveis e adequados às atividades e prazo previsto?			X	
5.11 Os valores estão inseridos no cronograma físico-financeiro do empreendimento?		X		
5.12 Foi apresentado Plano de Reassentamento?				X
5.13 Foi apresentado Plano de Regulamento de Mutirão?				X
5.14 Está prevista a realização de avaliação do trabalho técnico social pela comunidade?		X		
5.15 Existem pendências/exigências (especificar no item 8).	X			

6- Origem dos dados e informações utilizadas para a análise:

- Plano de Trabalho
- Carta Consulta/Carta de intenção
- Fotos
- Pesquisa Socioeconômica
- Curriculum vitae do responsável técnico
- Croquis, plantas, etc.
- Quadro de composição de investimento
- Cronograma físico-financeiro
- Ficha Resumo Empreendimento
- Data da Visita: _____
- Volume operacional e/ou de engenharia
- Outros/ Especificar: PPTS

7-Manifestação técnica

O Projeto de Trabalho Social elaborado pelo Município de Quaraí/RS contempla a construção de 50 unidades habitacionais atendendo 200 pessoas (0,87% da população do município), através da parceria efetivada entre as esferas Federal, Estadual e Municipal. As casas serão construídas em lotes identificados como pulverizados em diversos bairros do município.

Os beneficiários são famílias que ganham até R\$ 622,00 (seiscentos e vinte dois reais) e que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, habitando em pequenas moradias precárias e insalubres ou em casas de parentes.

O cadastramento da população beneficiária obedeceu aos critérios estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50 e Portaria nº 547/2011, do Ministério das Cidades contemplando idosos (12%), mulheres chefes de família, portadores de necessidades especiais e famílias em situação de risco. Quanto aos dados cadastrais, uma vez, que não tivemos acesso às fichas de cadastro, não foi possível perceber a realidade de cada um dos contemplados, assim nossa análise se baseia apenas nos dados que são descritos no projeto. Dentre eles a informação de que os beneficiários serão atendidos pelo serviço público local e que para elaborar este projeto foi realizada uma troca de informações, entre os agentes públicos e privados, garantindo que as ações estejam de acordo com as necessidades e prioridades destas famílias.

No que se refere à infraestrutura, observa-se que obedece ao que estabelece a Portaria nº 547/2011 do Ministério das Cidades e legislação municipal. Possui rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e esgoto, sendo que está prevista a construção de fossa séptica e sumidouro. É realizada coleta de lixo regularmente pelos serviços públicos da Prefeitura. Não encontramos nenhuma referência quanto a Transporte Coletivo.

Próximo ao local onde serão construídas as habitações existe Escolas públicas, creches, postos de saúde, CRAS, PSF e COMHAB. Também existem entidades comunitárias que estão dando suporte as ações locais, como Associações de Moradores e Grupos de Melhor Idade e Clube de Serviços onde as famílias poderão se integrar.

Enquanto ações de responsabilidade do município, o Projeto aponta atividades que

serão realizadas pelas Escolas, Secretaria da Agricultura, Saúde e Meio Ambiente e EMATER/ASCAR, focando no trabalho de educação ambiental, conservação das unidades, importância e cuidado das águas, orientação para o correto uso da rede de esgoto e do descarte de lixo. E, ainda, orientação para organização das propriedades e estímulo à inserção social.

A parte do Projeto que trata dos objetivos quase que integralmente está centrado em atividades de educação patrimonial e ambiental. Sobre o aspecto da educação ambiental é importante observar que estas ações não sofram descontinuidade, em consonância ao que estabelece o Decreto nº 4.281/2002, que define que a educação ambiental deve ser permanente e continuada.*

No que se refere à parte metodológica destacamos como positivo o detalhamento das etapas de trabalho e apresentação de que forma será executada, prevendo os meios para atingir os objetivos do projeto.

Consideramos adequadas as ações propostas, assim como suficiente a equipe prevista para execução do trabalho social e o número de horas que irão trabalhar. No que se refere aos profissionais envolvidos no projeto, consideramos como positivo a formação de uma equipe multidisciplinar constituída por assistente social e um agrônomo. Por outro lado, não temos condições de verificar a experiência dos citados profissionais sem o respectivo currículo. E alertamos que o trabalho deverá ser feito de forma integrada, entre os diferentes profissionais, exercitando o diálogo, a escuta sensível e o vínculo com estas famílias. Conforme a citada Portaria nº 547/2011, item 16.5, o projeto de trabalho social deve ser elaborado e coordenado por profissional com formação compatível e experiência comprovada em ações de desenvolvimento comunitário.

As parcerias projetadas envolvem a esfera municipal e estadual com atividades que serão realizadas sob a responsabilidade das Secretarias do Município e da EMATER/ASCAR.

O período previsto de execução do projeto social é de 13 meses. Tempo suficiente para executar as atividades propostas. Se houver necessidade, poderá ser ampliado conforme prevê a Portaria nº 547/2011, item 16.2.1: “A execução do trabalho social poderá ser prorrogada, a critério do proponente, como forma de dar continuidade aos processos até então implantados”.

Quanto ao investimento financeiro é restrito e prevê poucos recursos, se restringindo ao material de consumo pedagógicos/comunicação, transportes e gastos em hospedagem e alimentação, não permitindo outras ações.

Enfim, em relação à avaliação é previsto a aplicação de questionários verificando se os objetivos estão sendo atingidos, além de outros instrumentos de comprovação como lista de presença, relatórios descritivos e fotográficos. Contudo, como não tivemos acesso ao questionário não foi possível verificar se os dados previstos são suficientes para avaliar as ações do projeto e o espaço de moradia, que compreende a unidade básica, estrutura pública e serviços no entorno.

Por último, após análise do Projeto Social do Município de Quaraí/RS consideramos

que o mesmo deverá sofrer algumas alterações para atender o que determina a Portaria nº 547/2011, Programa Nacional de Habitação Urbana, Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50, para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. E registrar que esta operação não prevê financiamento ou contratação. E qualquer referencia sobre isto no projeto deve ser retificada. Portanto, será necessário retirar referência sobre Contratação/Financiamento na parte da metodologia e do Cronograma de execução de Atividades. E que o regime descrito na parte de apresentação (1) está errado devendo ser alterado para Empreitada Global.

*(Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento . -- Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009).

8-Pendências

- Detalhamento do processo de mudança das famílias;
- Apresentar instrumento de avaliação do Trabalho Técnico Social;
- Ampliar os dados sobre caracterização familiar;
- Alterar o regime de produção do PTTS: para empreitada global;
- Retirar dos itens: 5) Metodologia e 10) Cronograma de Execução de Atividades referência sobre Contratação/Financiamento.

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2013.

Alexandre Daniel Noronha
Técnico Social
CRP/07-11374

Cleusa Regina Prates
Coordenadora da TE-SER